

# ***Instituto Minas Pela Paz - IMPP***

*Demonstrações Financeiras referentes ao  
exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e  
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos  
Administradores e Associados do  
Instituto Minas Pela Paz - IMPP  
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Minas Pela Paz - IMPP (“Instituto” ou “IMPP”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Base para opinião com ressalva**

Até março de 2011, o Instituto manteve profissional contratado na forma de empresa uniprofissional de consultoria, com característica de exclusividade, habitualidade e subordinação, que atuava na prestação de serviços administrativos. Em nosso entendimento, tal relação expõe o Instituto a contingências de natureza trabalhista e previdenciária, por poder se caracterizar como relação de emprego. Os eventuais efeitos decorrentes desse assunto não foram quantificados pelo Instituto em 31 de dezembro de 2011.

## **Opinião**

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos não quantificados relativos ao assunto descrito no grupo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Minas Pela Paz em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, é entendimento da Administração, considerando as atividades desenvolvidas e suportada em estudos elaborados pelos seus assessores jurídicos, que o Instituto goza de imunidade fiscal em relação ao IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e demais impostos sobre o patrimônio e renda, da isenção a título do IRPJ e CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, bem como da isenção à COFINS, sendo no entanto, obrigada ao recolhimento do PIS com base na folha de salários. A Administração considera também que as atividades do Instituto não são sujeitas ao ISS - Imposto Sobre Serviços.

Belo Horizonte, 05 de abril de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Délio Rocha Leite  
Contador  
CRC-1SP 189.302/O-8 S/MG

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

## BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>ATIVOS CIRCULANTES</u>				<u>PASSIVOS CIRCULANTES</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	555.890	421.315	Fornecedores	8	16.632	14.432
Aplicações financeiras	5	1.899.681	-	Impostos e contribuições a recolher	9	4.561	4.383
Créditos a receber		3.160	-	Provisões trabalhistas e encargos sociais	10	45.785	41.973
Adiantamentos diversos e despesas antecipadas	6	<u>140.820</u>	<u>300</u>	Recursos de projetos	11	2.115.541	123.707
Total do ativo circulante		<u>2.599.551</u>	<u>421.615</u>	Outras contas a pagar		<u>9.001</u>	<u>5.337</u>
<u>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</u>				<u>Total dos passivos circulantes</u>			
Imobilizado	7	<u>16.450</u>	<u>15.918</u>			<u>2.191.520</u>	<u>189.832</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>16.450</u>	<u>15.918</u>	<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>			
<u>TOTAL DO ATIVOS</u>				<u>Superávit acumulado</u>			
		<u>2.616.001</u>	<u>437.533</u>	Total do patrimônio social	12	<u>424.481</u>	<u>247.701</u>
				<u>TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO</u>			
		<u>2.616.001</u>	<u>437.533</u>			<u>2.616.001</u>	<u>437.533</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em reais - R\$)

---

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>			
Contribuições de pessoas jurídicas	13	826.336	410.000
Receitas de gratuidades	13	108.901	114.632
Recursos de projetos	11	701.235	137.535
		<u>1.636.472</u>	<u>662.167</u>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS LIQUIDAS</b>			
Despesas com projetos - área social	14	(1.150.357)	(352.450)
Despesas administrativas	15	(412.117)	(398.542)
Despesas tributárias		(1.543)	(1.386)
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<u>72.455</u>	<u>(90.211)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	16	105.044	41.150
Despesas financeiras	16	(719)	(583)
		<u>104.325</u>	<u>40.567</u>
<b>SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO</b>		<u>176.780</u>	<u>(49.644)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em reais - R\$)

---

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	297.345	297.345
Déficit do exercício	(49.644)	(49.644)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>247.701</u>	<u>247.701</u>
Superávit do exercício	176.780	176.780
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u><u>424.481</u></u>	<u><u>424.481</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO MINAS PELA PAZ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011  
(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	2011	2010
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Superávit (déficit) do exercício		176.780	(49.644)
Ajustes:			
Apropriação ao resultado de recursos recebidos em anos anteriores	11	(123.707)	(106.293)
Depreciação do imobilizado	7	4.606	3.092
		<u>57.679</u>	<u>(152.845)</u>
Variações em ativos e passivos operacionais:			
Adiantamentos		(140.520)	(300)
Créditos a receber		(3.160)	-
Fornecedores		2.200	9.623
Impostos e contribuições a recolher		178	(1.044)
Provisões trabalhistas e encargos sociais		3.812	31.389
Recursos de projetos		2.115.541	-
Outras contas a pagar		3.664	5.242
		<u>1.981.715</u>	<u>44.910</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		<u>2.039.394</u>	<u>(107.935)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(1.899.681)	-
Adições ao imobilizado	7	(5.138)	(14.434)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.904.819)</u>	<u>(14.434)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>134.575</u>	<u>(122.369)</u>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>			
No início do exercício		421.315	543.684
No fim do exercício		555.890	421.315
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>134.575</u>	<u>(122.369)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Expressas em reais, com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma)

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Minas Pela Paz (“Instituto” ou “IMPP”), foi constituído em 2 de fevereiro de 2007, iniciou suas operações em 5 de março de 2007, é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criado por iniciativa de empresas e entidades de grande renome e atuação no cenário econômico nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi aprovado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, o processo que regulamenta o IMPP como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na esfera estadual. Tornando-se uma OSCIP, o Instituto está apto a estabelecer termos de parcerias com o poder público e o controle social é feito através de uma contínua prestação de contas.

O Instituto tem por finalidade promover a justiça social, a paz, a cidadania e os direitos humanos, por meio da realização de ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais que visem estes objetivos. Para cumprimento de suas finalidades, o IMPP observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e pode desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Formular, propor e acompanhar, junto à sociedade civil, programas de prevenção e redução da violência e da criminalidade;
- Desenvolver iniciativas que visem a aumentar a eficácia dos agentes de controle da violência e a confiabilidade nas instituições de Segurança Pública e Justiça, incluindo também, entre estas, o desenvolvimento de programas para a melhoria do desempenho dos recursos responsáveis pela redução da violência e da criminalidade;
- Promover ações para diminuir a criminalidade e recuperar a dignidade e civilidade dos cidadãos;
- Realizar serviços de apoio à execução e supervisão do trabalho, bem como, à capacitação institucional e dos quadros funcionais, nas entidades incumbidas de elaborar e executar políticas públicas especialmente ligadas à prevenção da criminalidade e ao combate à violência;
- Colaborar na articulação dos entes políticos para a disseminação de dados e troca de experiências;
- Atuar em projetos de cooperação técnica e institucional nos planos nacional e internacional, nas áreas de sua especialidade;
- Articular, apoiar e disseminar as ações de entidades que já tenham programas na área de prevenção da violência;
- Promover outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais; e
- Promover a assistência social através da integração ao mercado de trabalho.



Seus sócios fundadores e contribuintes contribuem regular e efetivamente para o cumprimento dos objetivos do IMPP, mediante contribuições financeiras para o desenvolvimento de projetos específicos e para a manutenção das atividades operacionais do IMPP, bem como mediante contribuição de conhecimento técnico na consecução de tais projetos.

É entendimento da Administração, considerando as atividades desenvolvidas pelo IMPP na qualidade de associação civil de direito privado e baseado na opinião dos seus consultores jurídicos, que:

- Sobre as receitas do Instituto não há incidência de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
- O IMPP é isento da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas derivadas de suas atividades;
- O superávit apurado em cada exercício social é isento da Contribuição Social Sobre o Lucro e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica;
- O IMPP vem cumprindo com todos os dispositivos da legislação aplicáveis a entidades sem fins lucrativos;

O IMPP recolhe PIS com base na folha de pagamento.

## 2. ÓRGÃOS SOCIAIS

São órgãos constitutivos do IMPP:

- Assembleia Geral;
- Conselho Deliberativo;
- Diretoria;
- Conselho Fiscal.

Nenhum dos membros dos cargos eletivos do IMPP, ou seja, dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e da Diretoria, recebem remuneração de qualquer natureza.

De acordo com as disposições do Estatuto, a Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, no primeiro quadrimestre de cada ano, e extraordinariamente, sempre que exigirem os interesses sociais, observadas as disposições legais e estatutárias sobre sua convocação, instalação e deliberação.

O Instituto é constituído por prazo indeterminado, competindo à Assembleia Geral decidir por sua extinção, nos termos deste estatuto e mediante voto favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos sócios fundadores e efetivos em Assembleia Geral especialmente convocada para este fim. Conforme previsto no estatuto social, na hipótese de extinção do Instituto, a mesma Assembleia Geral destinará o patrimônio remanescente para outra entidade congênere, conforme a lei e objetivos previstos neste estatuto em seu artigo 1º.

### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC

As principais práticas contábeis adotadas pelo IMPP são como segue:

#### a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O caixa e seus equivalentes compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação e apresentam risco insignificante de mudança de valores justo. São utilizados pelo Instituto no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras referem-se a recursos vinculados a projetos específicos, conforme mencionado na nota explicativa nº 5.

Estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o valor de mercado.

#### b) Ativos e passivos circulantes

Os ativos estão demonstrados pelos valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até o encerramento do exercício. Os passivos registrados estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos em base “pró-rata” dia.

#### c) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas descritas na nota explicativa nº 7.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

#### d) Apuração do superávit / déficit do exercício

As contribuições recebidas em espécie para custeio dos projetos são reconhecidas pelo regime de caixa, já que, por não representarem um compromisso por parte das empresas e fundações que as realizam, seu reconhecimento ocorre quando do recebimento pelo Instituto. As despesas e as demais receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Todas as despesas relacionadas com as contribuições para projetos e programas, incorridas e registradas, são previamente aprovadas pelos órgãos da Administração.

Os Recursos de Projetos são apropriados mensalmente ao resultado do exercício e de acordo com o regime de competência, calculados pelo percentual da execução do Projeto Regresso, com base na relação existente entre o custo orçado e custo incorrido.

#### 4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis do Instituto, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- (i) Depreciação do ativo imobilizado: A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear. A administração entende que as taxas de depreciação utilizadas refletem substancialmente a vida útil econômica dos bens.
- (ii) Orçamento contratual: Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.d, os recursos de projetos são apropriados ao resultado do exercício com base no percentual de execução dos projetos, calculados com base na relação percentual entre o custo incorrido e o custo orçado. Estes orçamentos de custos são revisados no mínimo, anualmente, e refletem a melhor estimativa da Administração do Instituto dos custos necessários a serem incorridos na execução dos projetos.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>		
Caixa	601	900
Bancos - conta movimento	122.763	57.755
Bancos - aplicação financeira de liquidez imediata (i)	<u>432.526</u>	<u>362.660</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>555.890</u>	<u>421.315</u>
<u>Aplicações financeiras:</u>		
Bancos - conta poupança automática (ii)	<u>1.899.681</u>	-
Total aplicações financeiras	<u>1.899.681</u>	-

- (i) A aplicação financeira refere-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, cujos rendimentos correspondem a 100,8% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, possuindo liquidez imediata.
- (ii) Refere-se a recursos repassados por mantenedores para aplicação no Projeto Acervos Museológicos que, enquanto não utilizados pelo Instituto, são aplicados em conta específica diretamente vinculada à realização do referido projeto.

As receitas financeiras incluídas na demonstração do superávit/déficit dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram oriundas, exclusivamente, dos rendimentos das aplicações financeiras e poupança automática.

#### 6. ADIANTAMENTOS DIVERSOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Adiantamentos de viagem	-	300
Sociedade Mineira de Cultura (i)	44.653	-
Consultoria Técnica (i)	38.889	-
Rioplan Consultoria (i)	33.778	-
Plancon Planejamento (i)	8.500	-
Fundação Dom Cabral	<u>15.000</u>	-
Total	<u>140.820</u>	<u>300</u>

- (i) Referem-se à valores relacionados ao Projeto Acervos Museológicos, que estão sendo apropriados ao resultado conforme a vigência do contrato.

#### 7. IMOBILIZADO

O imobilizado do IMPP é composto por:

	<u>2011</u>			<u>2010</u>	Taxas anuais de depreciação (%)
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	
Equipamentos de informática	20.605	10.435	10.170	10.184	20
Móveis e utensílios	<u>7.248</u>	<u>968</u>	<u>6.280</u>	<u>5.734</u>	10
Total do ativo imobilizado	<u>27.853</u>	<u>11.403</u>	<u>16.450</u>	<u>15.918</u>	

As movimentações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são assim apresentadas:

	<u>2009</u>	<u>Movimentação</u>			<u>2010</u>	<u>Movimentação</u>			<u>2011</u>
		<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Deprec.</u>		<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Deprec.</u>	
Equipamentos de informática	4.576	8.436	-	(2.828)	10.184	3.888	-	(3.902)	10.170
Móveis e utensílios	-	<u>5.998</u>	-	(264)	<u>5.734</u>	<u>1.250</u>	-	(704)	<u>6.280</u>
Total	<u>4.576</u>	<u>14.434</u>	-	<u>(3.092)</u>	<u>15.918</u>	<u>5.138</u>	-	<u>(4.606)</u>	<u>16.450</u>

8. FORNECEDORES

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Rede Editora e Serviços	-	5.000
Fundação Dom Cabral	15.000	-
Bella Vista Empreend. Ltda.	-	1.800
Mariana Chelby Prata Lima	-	5.133
Eco Brasil Turismo Ltda.	-	795
UNIMED Belo Horizonte	-	360
Tnl Pcs S.A.	530	293
Nova Era Expresso Ltda.	-	286
Outros	<u>1.102</u>	<u>765</u>
Total	<u>16.632</u>	<u>14.432</u>

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Referem-se a encargos sociais e impostos a recolher retidos na contratação de serviços de terceiros, bem como outros como segue:

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
IRRF	1.044	239
Provisão imposto de renda sobre aplicações financeiras	2.862	3.221
PIS sobre salários	395	183
PIS/COFINS/CSLL	<u>260</u>	<u>740</u>
Total	<u>4.561</u>	<u>4.383</u>

10. PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS SOCIAIS

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
INSS	6.678	6.043
FGTS	2.409	2.115
IRRF sobre folha de pagamento	5.048	4.403
Provisão para férias	<u>31.650</u>	<u>29.412</u>
Total	<u>45.785</u>	<u>41.973</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o Instituto contratou mão de obra para atender a evolução dos projetos.

11. RECURSOS DE PROJETOS

<u>Receita a apropriar (passivo circulante):</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Projeto Regresso (i)	-	123.707
Projeto Acervos Museológicos (ii)	<u>2.115.541</u>	<u>-</u>
	<u>2.115.541</u>	<u>123.707</u>
 <u>Receita contabilizada:</u>		
Projeto Regresso (i)	123.707	106.293
Projeto Acervos Museológicos (ii)	484.459	-
Projeto Horizontes (iii)	53.249	31.242
Projeto Além dos Muros (iv)	<u>39.820</u>	<u>-</u>
	<u>701.235</u>	<u>137.535</u>

(i) Projeto Regresso

Em agosto de 2009, o Instituto recebeu R\$230.000 de doações em uma iniciativa de empresas que compõem o grupo fundador do Instituto, a fim de que esses recursos fossem aplicados no desenvolvimento e implantação no Projeto Regresso, cujo objetivo é reduzir os índices de reincidência criminal e reinclusão de ex-detentos ao mercado de trabalho.

Deste total, o valor de R\$106.293 foram aplicados no Projeto Regresso durante o exercício de 2010, e R\$123.707 durante o exercício de 2011.

(ii) Projeto Acervos Museológicos

Em janeiro de 2011, o Instituto recebeu R\$2.600.000 do Ministério da Cultura através de recursos oriundos da Lei Rouanet. O montante foi patrocinado pela Fiat Automóveis S.A. e Contax S.A. para aplicação no projeto Acervos Museológicos, cujo objetivo é promover a democratização ao acesso dos acervos culturais da região de Belo Horizonte.

Deste total, o valor de R\$484.459 foi aplicado no Projeto durante o exercício de 2011, e o restante (R\$2.115.541) será aplicado até o encerramento do Projeto, originalmente previsto para o próximo exercício.

(iii) Projeto Horizontes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, o IMPP reconheceu receita decorrente de recursos do Projeto Horizontes no montante de R\$53.249 (R\$31.242 em 2010).

(iv) Projeto Além dos Muros

Em abril e dezembro de 2011, o Instituto recebeu o montante de R\$39.820 da Fundação AVSI para aplicação no Projeto Além dos Muros, cujo objetivo é realizar atividades de diagnóstico sobre a gestão das APACS (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

O montante recebido pelo Instituto foi aplicado integralmente no Projeto durante o exercício de 2011.

## 12. PATRIMÔNIO SOCIAL

As contribuições recebidas pelo IMPP são empregadas integralmente nos seus objetivos sociais mencionados na nota explicativa nº 1, bem como nos gastos despendidos em bens necessários ao seu funcionamento administrativo.

Superávit (déficit) acumulado - O valor do superávit (déficit) do exercício é registrado nessa rubrica e transferido para a conta patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho Fiscal.

## 13. RECEITAS OPERACIONAIS

### a) Contribuições de pessoas jurídicas

A arrecadação de fundos para gerir as ações de prevenção da violência e da criminalidade, inclusive por meio da implantação e incentivo a projetos culturais e sociais e outros que visem a estes objetivos, é oriunda de empresas do setor privado e de entidades que possuem ligação com o IMPP, como demonstrado a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	240.000	120.000
Algar S.A. Empreendimentos e Participações	20.000	10.000
Andrade Gutierrez Telecomunicações S.A.	20.000	10.000
AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.	20.000	10.000
A&C Centro de Contatos	20.000	10.000
Alesat Combustíveis S.A.	20.000	10.000
Arcelor Mittal Brasil S.A.	20.000	10.000
Banco BMG S.A.	20.000	10.000
Celulose Nipo Brasileira S.A. - Cenibra	10.000	10.000
Cemig Distribuição S.A.	-	10.000
Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A.	20.000	10.000
Domingos Costa Indústria Alimentícia S.A. - Vilma Alimentos	20.000	10.000
Fiat do Brasil S.A.	20.000	10.000
Fidens Engenharia S.A.	20.000	10.000
Fundação Vicintin	-	10.000
Genibra	10.000	-
Gerdau Aço Minas S.A.	20.000	10.000
Hospital Mater Dei S.A.	20.000	10.000
Irmãos Bretas Filho e Cia. Ltda.	10.000	10.000
Juizado da Infância e Juventude	8.958	-
Líder Táxi Aéreo S.A.	20.000	10.000
Localiza Rent a Car e Total Fleet S.A.	20.000	10.000
Masb Desenvolvimento Imobiliário S.A.	20.000	10.000
Nextel Telecomunicações Ltda.	20.000	10.000
Petronas Lubrificantes Brasil	20.000	10.000
Samarco Mineração S.A.	20.000	10.000

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Santa Bárbara Engenharia	-	10.000
Sicepot MG	20.000	-
Supermix Concreto S.A.	20.000	10.000
TJMG	20.378	-
Torc Terraplanagens	20.000	-
Túlio Lopes Arquitetura	2.000	-
Trena Terraplanagens	5.000	-
Unimed BH - Instituto de Trabalho Médico	20.000	10.000
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - Usiminas	20.000	10.000
Vale S.A.	20.000	10.000
V&M do Brasil S.A.	<u>20.000</u>	<u>10.000</u>
Total	<u>826.336</u>	<u>410.000</u>

b) Receitas de gratuidade

Refere-se a serviços de assessoria contábil e jurídica e auditoria das demonstrações financeiras prestados, sem cobrança de honorários, pela Fiat do Brasil S.A. e Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., no montante de R\$11.000 e R\$97.901, respectivamente, conforme mencionado na nota nº 14.

14. DESPESAS COM PROJETOS

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Por natureza de despesa:</u>		
Consultoria em Informática	66.255	60.704
Assessoria de comunicação e imprensa	31.605	40.536
Serviço de assistência - Projeto 181 (i)	244.812	132.660
Serviço de assistência - Projeto Regresso (ii)	187.276	109.964
Serviço de assistência - Projeto Horizontes (iii)	285.525	165.971
Serviço de assistência - Projeto Acervos Museológicos (iv)	568.630	-
Serviço de assistência - Projeto Além dos Muros (v)	19.764	-
Eventos e feiras	31.781	8.586
Outros	234	-
Subtotal	<u>1.435.882</u>	<u>518.421</u>
Recuperação de despesas - Projeto Horizontes (iii)	<u>(285.525)</u>	<u>(165.971)</u>
Total	<u>1.150.357</u>	<u>352.450</u>

Por Projeto Social:

Projeto 181 - Disque Denúncia (i)	374.687	242.486
Projeto Regresso (ii)	187.276	109.964
Projeto Horizontes (iii)	285.525	165.971
Projeto Acervos Museológicos (iv)	568.630	-
Projeto Além dos Muros (v)	19.764	-
	<u>1.435.882</u>	<u>518.421</u>



- (i) 181 - Disque-Denúncia: Projeto que visa à união dos serviços hoje prestados separadamente pelas Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros. Assim, as três corporações poderão compartilhar informações e melhorar seus serviços de inteligência. O Disque-Denúncia consiste na implantação de uma central única de recepção, processamento e resposta de denúncias anônimas de crimes sinistros, que funciona através do tri-dígito 181.
- (ii) Projeto Regresso: O Projeto Regresso surgiu após um longo estudo realizado pelo IMPP sobre o sistema prisional de Minas Gerais, que permitiu sugerir ao Governo de Minas uma subvenção econômica para incentivar a contratação de egressos do sistema prisional pelas empresas. Além de proporcionar a reinserção do egresso do sistema prisional no mercado de trabalho e na sociedade, o Projeto Regresso visa reduzir os índices de reincidência criminal, da criminalidade e da conseqüente reentrada no sistema prisional.
- (iii) Projeto Horizontes: Objetiva promover a qualificação profissional de egressos e pré-egressos do sistema prisional do município de Mariana/MG e região circunvizinha, visando incentivá-los a trabalhar para conseguirem emprego e renda, o que contribuirá para reduzir os índices de criminalidade e a conseqüente reentrada no sistema prisional. O Instituto incorre em despesas para a operacionalização do projeto que são integralmente reembolsadas pela empresa Samarco Mineração S.A. acrescidas atualmente de um taxa de administração de aproximadamente 15%. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o IMPP reconheceu receita de recursos de projetos no valor de R\$53.249 (R\$31.242 em 2010) referente a taxa de administração (conforme nota explicativa nº 11) e recuperação de despesas no montante de R\$285.525 (R\$165.971 em 2010). O Projeto foi finalizado em 2011.
- (iv) Projeto Acervos Museológicos: Objetiva democratizar o acesso aos acervos culturais da região de Belo Horizonte através de um programa de visitação aos museus e é dirigido aos alunos do ensino fundamental da rede municipal de Belo Horizonte. Integra o projeto, a realização de um curso de pós graduação *latu sensu* para os professores, com ênfase em gestão de projetos Culturais e Educacionais e sua integração. A avaliação será permanente culminando com uma Olimpíada Cultural.
- (v) Projeto Além dos Muros: O Projeto foi apresentado à União Europeia pela Fundação AVSI e IMPP e aprovado pelo Instrumento europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos. O objetivo do Projeto é fortalecer a gestão das APACs , capacitar recuperandos e fomentar duas unidades produtivas. O Projeto foi finalizado em 2011.

As despesas dos projetos por natureza são como segue:

<u>Projeto 181</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo com pessoal	164.146	-
Consultoria administrativa	40.700	116.417
Assessoria de comunicação e imprensa	12.865	4.600
Outras	<u>27.101</u>	<u>11.643</u>
Total	<u>244.812</u>	<u>132.660</u>
 <u>Projeto Regresso</u>		
Custo com pessoal	138.086	72.161
Gastos com veículos	7.955	12.076
Viagens e hospedagens	14.189	1.720
Outras	<u>27.046</u>	<u>24.007</u>
Total	<u>187.276</u>	<u>109.964</u>
 <u>Projeto Horizontes</u>		
Custo com pessoal	86.880	53.431
Serviços de terceiros	132.563	67.828
Eventos	18.266	13.499
Outras	<u>47.816</u>	<u>31.213</u>
Total	<u>285.525</u>	<u>165.971</u>
 <u>Projeto Acervos Museológicos</u>		
Consultoria administrativa	157.333	
Serviços de terceiros	401.880	
Viagens e hospedagens	5.242	
Outras	<u>4.175</u>	
Total	<u>568.630</u>	
 <u>Projeto Além dos Muros</u>		
Viagens e hospedagens	10.252	
Gastos com condução	3.732	
Assessoria de comunicação e imprensa	2.260	
Outras	<u>3.520</u>	
Total	<u>19.764</u>	

15. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas referem-se, principalmente, aos gastos necessários à manutenção da estrutura administrativa do Instituto, conforme demonstrado abaixo:

<u>Descrição</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Custo com pessoal (ii)	170.630	159.863
Encargos sociais (ii)	57.438	52.545
Serviços de terceiros - gratuidade (iii)	108.901	114.632
Consultoria administrativa (i)	3.000	22.335
Consultoria em informática	14.467	-
Viagens e hospedagens	1.476	3.355
Gastos com eventos/propaganda e publicidade	11.624	3.120
Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica	893	6.238
Telefone	985	4.548
Postagens, fotocópias e materiais de escritório	12.354	10.004
Revistas e publicações	756	3.240
Gastos com táxi	1.289	591
Acesso à internet	1.815	1.951
Manutenção e reparos	1.335	5.135
Depreciações	4.606	3.092
Outros	<u>20.548</u>	<u>7.893</u>
Total	<u>412.117</u>	<u>398.542</u>

- (i) Refere-se à empresa uniprofissional que fora contratada para a administração do Instituto. No decorrer de 2011, foi realizada a contratação de um funcionário específico para realizar essa administração, cessando a partir de então o contrato com a empresa contratada para consultorias administrativas.
- (ii) O aumento dos custos com pessoal e dos encargos sociais refere-se à contratação de funcionários (mão de obra) pelo Instituto, aumentado a sua folha de pagamento.
- (iii) Os serviços de terceiros - gratuidade referem-se, à serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados gratuitamente pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e serviços de contabilidade e finanças prestados, também de forma gratuita pela Fiat Services que, por sua natureza, foram também registrados como receitas de gratuidade, conforme mencionado na nota explicativa 13.b.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<u>Receitas Financeiras:</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	104.661	41.052
Descontos obtidos	<u>383</u>	<u>98</u>
	105.044	41.150
 <u>Despesas financeiras:</u>		
Juros e multa de mora	(703)	(57)
Despesas bancárias	<u>(16)</u>	<u>(526)</u>
	<u>(719)</u>	<u>(583)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>104.325</u>	<u>40.567</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O Instituto realiza operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a aplicar seus recursos excedentes em aplicações financeiras. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e bancos conta movimento	123.364	58.655
<i>Empréstimos e recebíveis</i>		
Bancos - aplicações financeiras de liquidez imediata	432.526	362.660
Bancos - conta poupança automática	1.899.681	-
 <u>Passivos financeiros classificados ao custo amortizado</u>		
Fornecedores	16.632	14.432

O IMPP está exposto a riscos relacionados a taxas de juros em função de aplicações financeiras vinculados ao CDI e ao rendimento da poupança. A administração dos riscos envolvidos nessas aplicações é efetuada através de políticas de controle, estabelecimento de estratégias de operações, determinação de limites e outras técnicas de acompanhamento das posições, desempenhadas por membros de sua Gerência Administrativa.

O IMPP não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2011 e 2010, e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o IMPP não realizou transações com instrumentos financeiros derivativos.

18. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Administração em 30 de março de 2012.

CONSELHO DELIBERATIVO

Cledorvino Belini (Presidente)  
Olavo Machado Júnior (Vice-presidente)  
Luiz Alberto Garcia  
Francisco Sérgio Soares Cavalieri  
Hélcio Roberto Martins Guerra  
Otavio Marques de Azevedo  
Rubens Menin Teixeira de Souza  
Aguinaldo Diniz Filho  
Paulo Eduardo Rocha Brant  
Manoel Vitor de Mendonça Filho  
Ricardo Vescovi de Aragão  
Julián Eguren  
Alexandre de Campos Lyra

DIRETORIA

Marco A. Branquinho Júnior (Diretor Coordenador)  
Marco Antônio Lage (Diretor Vice Coordenador)  
Liliane Lana Fernandes. Liberato (Diretora)  
Ana Gabriela Dias Cardoso(Diretora)  
Marcelo Dias (Diretor)  
Luis Antonio Rossi (Suplente)  
Alberto Camisassa (Suplente)

CONSELHO FISCAL

Denis Kleber Gomide L. Rosa(Conselheiro)  
Paulo Palumbo (Conselheiro)  
Raul Von Sperling(Conselheiro)  
Paulo Ernesto Moraes(suplente)  
Jedaias Jorge Salum(suplente)  
Eduardo Lery Vieira(suplente)

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Fernando César Sales de Faria  
Contador - CRCMG 055.016/O-2